

7

Considerações finais

Ao longo deste estudo, vimos que a Bíblia é uma antologia de textos sagrados e o resultado de um constante processo de reescrita, que inicia com sua redação original e formação e prossegue, por suas sucessivas traduções, até os dias de hoje. Esse era, inclusive, um dos objetivos específicos deste estudo: buscar compreender a trajetória de reescrita das Sagradas Escrituras. No amplo sentido do termo sugerido por Lefevere (1992), sua *reescrita* demonstrou ser o resultado de um conjunto de interesses gerados por fatores ideológicos, religiosos, culturais e institucionais, especialmente aqueles determinados por agentes de patronagem.

Reverendo os grandes projetos tradutórios da Bíblia ao longo da história, podemos concluir que as traduções bíblicas foram uma resposta aos mais diversos anseios de suas respectivas épocas. Além disso, em diferentes momentos da história, as traduções bíblicas ocuparam posições ora centrais/canônicas, ora periféricas, e, também, ora conservadoras, ora transgressoras, em relação às sociedades e ideologias de então. Logicamente, como afirmam Lefevere e Bassnett (1998, p.3), “as traduções nunca são produzidas ou recebidas em um vácuo”.

A análise da *NTLH-Paulinas*, com base no esquema de descrição de traduções proposto por José Lambert e Hendrick van Gorp (1985), confirma que as traduções não são realmente produzidas em um vácuo; elas resultam de injunções e determinações de sua patronagem e do contexto social, cultural e religioso em que estão inseridas. O conceito de *patronagem* foi essencial, neste estudo, para a compreensão dos interesses e determinações envolvidos em diferentes projetos tradutórios/editoriais da Bíblia Sagrada ao longo do tempo, assim como no projeto da *NTLH-Paulinas*.

Ao falar de patronagem, busquei discutir a mudança de posicionamento da Igreja frente às traduções bíblicas para o vernáculo, outro objetivo específico proposto para este estudo. Tal mudança reflete, logicamente, as mudanças institucionais e ideológicas da Igreja, expressas a partir do Concílio Vaticano II

(1962-65), bem como as mudanças sociais, políticas e ideológicas da sociedade. Através de uma visão histórica dos projetos tradutórios mais importantes e das deliberações da Igreja ao longo do tempo, acredito que este segundo objetivo específico tenha sido alcançado. Vimos como a postura da Igreja, inicialmente avessa às traduções vernaculares, mudou radicalmente. Hoje a instituição incentiva a leitura da Bíblia entre seus fiéis, traduzida diretamente dos originais hebraico, aramaico e grego. Além disso, a *Vulgata* perdeu o seu *status* de original e passou a ser a tradução oficial (*Nova Vulgata*) da Igreja para fins de referência, especialmente para uso litúrgico. A Igreja, a partir do Concílio Vaticano II, abriu-se para o diálogo ecumênico, permitindo e incentivando a realização de traduções bíblicas em parceria com entidades das denominações protestantes. A censura às traduções vernaculares foi, por muitos séculos, utilizada como instrumento de combate ao protestantismo; hoje, ao contrário, é a própria tradução que opera uma reaproximação com as outras igrejas cristãs através de projetos ecumênicos comuns. Como afirma Konings (2006, p.21), “se, no passado, a Bíblia dividiu judeus, católicos e protestantes, [a partir do] século XX foi exatamente a Bíblia que os reaproximou”.

A Bíblia hoje circula amplamente entre os fiéis católicos e, como afirma De Vries (2001), a partir de uma *visão funcionalista*, novas traduções buscarão, cada vez mais, voltar-se para um público ou uso específicos. Outrora, os objetivos da Igreja eram outros, sua visão de mundo era outra, a cultura e a sociedade eram outras. Conseqüentemente, outros eram os objetivos dos projetos tradutórios comissionados pela própria Igreja, outras eram as normas e abordagens tradutórias, outras eram as imagens institucionais criadas pelas traduções bíblicas (Lefevere, 1990). No caso da *NTLH-Paulinas*, a proposta vislumbrada pela Igreja é a de uma Bíblia que alcance as massas, aqueles leitores mais simples, com menor arcabouço lingüístico e pouco conhecimento bíblico. Em outras palavras, uma Bíblia que realize o trabalho evangelizador que a instituição almeja. Essa tradução em linguagem facilitada de hoje, com tom de oralidade, vai ao encontro desses objetivos. Aí está o poder da tradução; ela é capaz de reescrever o texto de forma a atingir o público-alvo e a cultura-meta segundo os moldes estipulados por sua patronagem. Parece-me claro, portanto, ao finalizar este estudo, que a tradução da Bíblia é, em grande medida, determinada pela função que deverá ocupar no pólo receptor, respondendo, assim, a uma das perguntas propostas por

esta pesquisa, qual seja, “Em que medida a tradução da Bíblia é determinada pela função que deverá ocupar no pólo receptor?”.

A *NTLH-Paulinas* traz ainda, como observado em sua análise descritivista, o aval bem evidente da Igreja: sua autorização através das assinaturas do presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-Catequética da CNBB, Dom Eugênio Rixen, e, posteriormente, em uma segunda impressão, do próprio presidente da CNBB, Cardeal Geraldo Agnelo. Tal medida, sem dúvida, aumenta a confiabilidade do projeto tradutório. Segundo Lefevere, são os especialistas – no caso, a própria CNBB, guardiã da doutrina e, portanto, do conhecimento das Sagradas Escrituras – que devem garantir a confiabilidade das traduções (Lefevere, 1990, p.22). A presença de elementos referentes à instituição – logotipo, carimbo e assinaturas – resumem as categorias básicas que Lefevere (Ibidem, p.15) atribui à história da tradução, emblematizada pela lenda da *Septuaginta: autoridade, confiança, proficiência e imagem*. A “autoridade” da CNBB aprova a “proficiência” da tradução, instaurando um sentimento de “confiança” no público-alvo e criando uma “imagem” da obra na cultura-meta.

O projeto tradutório/editorial da *NTLH-Paulinas* torna-se viável e passa a ocupar uma posição no polissistema tanto através da chancela da CNBB quanto do selo da Paulinas Editora. Segundo Lefevere (Ibid., p.19), é a própria autoridade dessas instituições que estabelece os parâmetros ideológicos do que é aceitável e acaba por influenciar a forma como o texto é traduzido. Na verdade, a Igreja além de especialista é também, juntamente com a Paulinas Editora, agente da patronagem do projeto tradutório/editorial da *NTLH-Paulinas*.

Como visto ao longo da pesquisa, o projeto tradutório/editorial da *NTLH-Paulinas* reflete, também, as diretrizes ecumênicas traçadas pelo Concílio Vaticano II: trata-se de uma Bíblia católica com sua tradução realizada por uma equipe protestante (SBB). Além disso, após o Concílio Vaticano II e, especialmente, durante o papado de João Paulo II (1978-2005) (v. apêndice C), intensificaram-se os objetivos ecumênicos e evangelizadores da Igreja, firmemente expressos na carta apostólica *Novo Millennio Ineunte* (João Paulo II, 2001) (v. anexo U). No Brasil, os objetivos evangelizadores da Igreja revelam-se claramente no “Projeto Nacional de Evangelização” (v. apêndice B) da Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-Catequética da CNBB. Todos esses

fatos parecem coadunar-se com o projeto da Paulinas Editora, cuja missão catequética é, também, notória.

Este estudo também evidenciou que as traduções da Bíblia serviram, como até hoje servem, de poderoso instrumento de evangelização. De fato, “a tradução é um elemento essencial da maioria dos projetos de evangelização, como se vê claramente nas histórias do cristianismo” (Delisle & Woodsworth, 1998, p.170).

A *NTLH-SBB*, segundo Luiz Antonio Giraldi (2004), então Secretário-geral da SBB, obteve ótima recepção e atuação como instrumento evangelizador. A Paulinas Editora, com o aval da Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-Catequética da CNBB, resolveu adotá-la obviamente com os mesmos objetivos catequéticos. Não podemos esquecer, conforme visto em 5.1.2.5, que o crescimento do protestantismo no Brasil, nos últimos anos, deveu-se, segundo o relato da SBB no artigo “Uma Bíblia na linguagem do povo brasileiro” (SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL, 2000), à difusão de seleções das traduções da *BLH* e *NTLH*.

Como todo instrumento serve a um propósito ou a uma ideologia, cada projeto tradutório da Bíblia, ao longo da história, serviu às ideologias de então. Traduzir a Bíblia para as línguas modernas serviu à ideologia humanista renascentista, à formação das identidades nacionais na época da Reforma, ao desenvolvimento da imprensa, à liberdade de traduzir para o vernáculo e como fonte de oposição ao poder da Igreja. Do mesmo modo, a proibição de projetos tradutórios/editoriais por parte da Igreja e a promulgação da *Vulgata* como versão oficial também serviram à ideologia de preservação institucional da Igreja, a partir do Concílio de Trento (1545-63).

Para Venuti (2002, p.156), “qualquer avaliação de um projeto tradutório deve incluir uma consideração das estratégias discursivas, dos seus cenários institucionais e suas funções e efeitos sociais”. Assim, parece-me claro ao concluir esta pesquisa, que a resposta para a pergunta “em que medida o projeto tradutório/editorial de uma Bíblia reflete os objetivos ideológicos, institucionais e religiosos de sua patronagem, isto é, da instituição ou autoridade que o promove?” seja: *de todas as maneiras*. Os agentes da patronagem – a SBB, no caso da versão protestante, e a Paulinas Editora e a CNBB, no caso da versão católica – buscam atingir seus objetivos evangelizadores e institucionais, bem como um público-alvo específico, através de todos os níveis de seus projetos tradutórios/editoriais.

Observando a descrição da *NTLH-Paulinas*, desde a sua microestrutura, que encerra a tradução propriamente dita, até a sua macroestrutura e seus paratextos, tais objetivos ficam patentes.

Na verdade, as traduções sempre buscaram, em primeiro lugar, atingir um público-alvo inserido em uma realidade lingüística, desde a *Septuaginta* até as traduções contemporâneas, passando pela *Vulgata*, pelas traduções em línguas modernas durante a Reforma, por aquelas segundo o modelo de Nida e pelas inúmeras outras traduções que coexistiram e que, ainda hoje, são produzidas e revistas incessantemente.

Faz-se interessante refletir também sobre uma outra questão. Embora a *NTLH-Paulinas*, descrita neste estudo, se intitule uma “nova tradução” na “linguagem de hoje”, outros projetos tradutórios antigos não teriam buscado objetivos semelhantes? Poderíamos comparar a iniciativa desta nova tradução a alguma iniciativa anterior? Ao traduzir a *Vulgata*, São Jerônimo utilizou a “língua do povo” de então, latinizando o texto, reformulando o seu estilo e cristianizando temas judaicos, segundo uma ótica messiânica (Venuti, 2002, p.153)¹⁸⁰. Ao traduzir a Bíblia para o alemão, Lutero também o fez na “língua do povo”, almejando uma tradução mais coloquial e compreensível, voltada para a cultura-meta, mantendo um equilíbrio adequado entre os registros corrente e elevado, entre a linguagem sagrada e a cotidiana, como jamais havia sido feito até então (Delisle & Woodsworth, 1998, p.61-62)¹⁸¹. Na verdade, sua tradução gerou uma grande contribuição para o campo estilístico na tradução bíblica, pois seu texto final visava clareza e inteligibilidade.

Segundo a SBB, a *NTLH* reproduz o sentido dos textos originais em hebraico, aramaico e grego, expressando-o de “maneira natural, *como a maioria da população brasileira fala*” (grifos meus)¹⁸². Não estaria essa Bíblia cumprindo hoje objetivos semelhantes aos que outrora motivaram os antigos projetos tradutórios? De certa forma sim, pois é a “linguagem do povo” que se busca na maioria desses projetos. Talvez, a diferença esteja nas abordagens, nas estratégias ou nas normas vigentes em cada época. Para Toury, as normas podem vir a explicar a *razão* para que as traduções apresentem uma determinada forma, assim

¹⁸⁰ Ver seção 4.2.

¹⁸¹ Ver seção 4.3.2.

¹⁸² Disponível em Portal da SBB, A Linguagem de Hoje, Princípios da tradução: <<http://www.sbb.or.br>>. Acesso em: 21 abr. 2005.

como Hermans encontra nas normas uma hipótese explicativa para as características das traduções (Chesterman, 1998, p.92-93).

Em uma sociedade ocidental mais aberta como a de hoje e em uma Igreja igualmente mais aberta, as normas são menos coercivas quanto ao rigor em se buscar uma *equivalência formal* na tradução ou em realizar uma “tradução justalinear” de um texto sagrado como a Bíblia, como sugere Benjamin (2001, p.215). Há mais de 40 anos, quando Nida introduziu, em 1964, o conceito de *equivalência dinâmica* na tradução bíblica, sua abordagem foi vista como transgressora, conforme comenta Robinson (1991) ¹⁸³.

Neste estudo, a partir de uma abordagem descritivista, foi possível visualizar a *função* ou a posição ocupada pela *NTLH-Paulinas* no polissistema receptor, por meio das características reveladas pela publicação, isto é, de seus paratextos, de análise macro- e microestrutural realizada, da comparação com outras Bíblias, bem como da noção acerca de sua recepção, mensurada através dos metatextos a seu respeito e da pesquisa de campo realizada.

Embora existam críticas de teólogos à linguagem facilitada, onde pode ocorrer perda de imagens consagradas e do que seria canônico nos textos bíblicos, esse tipo de tradução em linguagem comum, com base na teoria de Eugene Nida, se faz cada vez mais presente. Observando o polissistema brasileiro, ainda distante da tradição desse tipo de Bíblia em linguagem coloquial, pode-se dizer que essa tradução é ainda periférica, mas que poderá vir a ocupar uma posição mais central futuramente, especialmente gozando do aval da CNBB. É até possível que, para algumas comunidades cristãs, mundialmente falando, esse tipo de tradução já ocupe uma posição mais central em seus polissistemas. No entanto, no caso da *NTLH-Paulinas*, creio que o fato de ser ela uma tradução de caráter ecumênico, realizada por uma comissão de tradução protestante, pode contribuir mais para a sua tímida ou mesmo pouca aceitação entre a comunidade católica, do que o fato de seu texto final ser inovador ou “revolucionário” ou da obra haver recebido pouca divulgação. Não fosse por isso, por que teria sido realizada uma nova impressão autorizando, de forma enfática, o uso dessa Bíblia pelos católicos? (v. anexo O.1) Tal reflexão pode ser desenvolvida a partir da análise de alguns

¹⁸³ Ver seção 4.4.1. Para maiores detalhes, ver ainda: ROBINSON, D. *The translator's turn*, op. cit., p.225-226.

metatextos contrários ao projeto da Paulinas Editora (v. 5.1.2). Segundo Barros (s.d.), “cada tradução bíblica manifesta as opções de quem traduziu, assim como a cultura da confissão religiosa responsável pela edição”. Se essa colocação fosse levada em consideração pelo pólo receptor católico, certamente uma atitude de resistência seria explicável por parte dos católicos, fato que poderia representar um eterno entrave para que a *NTLH-Paulinas* ocupasse uma posição menos periférica ou mais central no polissistema.

Diante da descrição da Bíblia aqui estuda e das comparações realizadas com a *BJ* e, ocasionalmente, com a *AM*, é notória a diferença entre os produtos finais macro- e microestruturalmente falando. Comparada à *BJ*, o projeto da *NTLH-Paulina* reúne traços totalmente diversos. As abordagens e estratégias tradutórias são outras, bem como sua macro- e microestrutura. Na verdade, o projeto tradutório/editorial como um todo é formulado com base no público-alvo almejado, na ideologia vigente, nos objetivos de sua patronagem e na função ou posição que essa publicação deve ocupar no polissistema receptor.

Mesmo considerando a tradução como uma *transformação regulada*, segundo Derrida (2001), e sabendo que os produtos finais das obras traduzidas serão, por isso, sempre diversos (diferentemente do que pode contar a lenda da *Septuaginta*), foi possível observar diferenças textuais consideráveis nas traduções analisadas. Algumas estratégias utilizadas para alcançar equivalência dinâmica/funcional na *NTLH* acabaram por gerar, por vezes, construções de sentido realmente diversas. A Igreja, que, por muito tempo, buscou controlar o texto final das Sagradas Escrituras, através da adoção oficial da *Vulgata* e da restrição às traduções vernaculares, hoje aprova traduções bastante diferentes. O sentido do texto bíblico permanece preservado nas variadas traduções? Como pode a Igreja autorizar versões tão diferentes? Como observa Prado (1991, p.92) acerca da tradução bíblica, certas vezes “é inevitável perder ou modificar um pouco o sentido original”. Além disso, segundo Derrida, “a tradução não é equivalência, não é complemento, é suplemento: uma significação substitutiva” (Derrida *apud* Duarte, 2000).

Embora o Papa João Paulo II tenha demonstrado preocupação com a tradução correta das Sagradas Escrituras em seu discurso de setembro de 2001 (Adoremus, 2001/2002) – afirmando que a tradução bíblica exige menos criatividade e mais fidelidade –, a Igreja, através da FBC, procura apoiar e

promover traduções bíblicas voltadas para diferentes contextos culturais e sociais (v. apêndice D). Certamente, ao atuar nesses projetos, a FBC leva em consideração as possíveis diversidades necessárias para atingir diferentes públicos-alvo. Dockhorn (2006) afirma que, dependendo do público-alvo, a tradução da Bíblia será diferenciada: “se o tradutor quiser se ajustar à cultura de pessoas que utilizam uma linguagem socialmente considerada mais culta, a tradução será de um tipo. Se a tradução se dirigir a pessoas muito simples, a tradução será outra”, afirmativa que vai ao encontro dos propósitos da FBC descritos acima. Assim, parece-me que a Igreja vive uma situação de ambigüidade: será possível seguir a recomendação do Papa João Paulo II quanto às estratégias tradutórias e ao mesmo tempo atender aos projetos evangelizadores voltados a diferentes públicos-alvo, que ele mesmo (João Paulo II, 2001), em sua Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* (v. anexo U) defende, ao dizer: “Cristo há-de ser proposto [...] aos adultos, às famílias, aos jovens, às crianças, [...] adaptando [a mensagem evangélica], a nível de sensibilidade e linguagem, à situação de cada um”?

No capítulo 6, vimos que a Igreja, embora almeje a unidade e a univocidade, encoraja a pluralidade em suas traduções bíblicas para atingir novos desafios evangelizadores, cumprindo os objetivos da FBC e do Concílio Vaticano II. Vimos que alguns de seus integrantes hoje encaram a diversidade de traduções bíblicas como salutar, segundo afirmam Mazzarolo (2006c), Konings (2003, p.218) e Kesterling (2005)¹⁸⁴.

Segundo Konings (2003, p.218), as traduções por equivalência dinâmica/funcional em linguagem acessível, como a *NTLH-Paulinas*, são úteis para a catequese e os grupos bíblicos, pois desempenham a mesma função explicativa do *targum* nas antigas sinagogas. Elas não tornam as traduções formais supérfluas, mas, sim, as complementam. Já as traduções voltadas para a equivalência formal são mais duradouras do que as voltadas para a equivalência dinâmica/funcional, que precisam de contínua adaptação, pois a linguagem coloquial está sempre em contínua mudança. Assim, as primeiras são mais adequadas para o uso litúrgico e as segundas, para a explicação, segundo Konings (p. 237). No entanto, a Igreja, ciente da pluralidade tradutória entre as Bíblias

¹⁸⁴ Ver apêndice D.

católicas hoje, vem buscando encontrar uma uniformidade na “linguagem bíblica” através, por exemplo, do projeto tradutório/editorial da CNBB.

A partir da análise microestrutural e comparativa da *NTLH-Paulinas* e da reflexão realizada no capítulo 6, ficou clara a existência de diferenças textuais visíveis entre as Bíblias católicas autorizadas, que acarretam, inclusive, mudanças de sentido no texto bíblico. Tal constatação, realizada ao longo da pesquisa, colaborou para que o terceiro objetivo específico deste estudo fosse atingido: buscar, através da descrição da *NTLH-Paulinas*, resultados textuais e construções de sentido diferentes para o mesmo texto sagrado. Ao atingir esse último objetivo, respondeu-se, também, à última pergunta lançada no capítulo 1: “em que medida as diferentes traduções da Bíblia acabam por produzir textos finais diferentes e, mesmo, construções de sentido diversas, embora sejam igualmente autorizadas pela Igreja e circulem como sendo a ‘mesma’ obra, ou melhor, a ‘mesma’ Bíblia Sagrada?”. O estudo mostrou que a resposta é: *irrestritamente*. A própria ação transformadora da tradução já é um passo para isso, mesmo em se tratando de um texto sagrado.

Espero que esta pesquisa tenha oferecido uma melhor compreensão não somente da trajetória de reescrita percorrida pela Bíblia, produto de autoria coletiva, mas, também, dos fatores envolvidos nas traduções de textos sagrados e, em especial, da Bíblia Sagrada. Além disso, que o estudo tenha também esclarecido o percurso percorrido pela Igreja em relação às traduções vernaculares, o panorama das traduções atuais, a questão da existência de versões tão diferentes e autorizadas convivendo lado-a-lado, bem como a função sistêmica ocupada especificamente pela *NTLH-Paulinas* e a sua recepção.

Como futura linha de investigação, a partir deste estudo, posso sugerir um futuro exame da recepção da *NTLH-Paulinas*, a fim de observar possíveis mudanças e detectar melhor as razões para o baixo índice de conhecimento dessa Bíblia e para a sua tímida recepção atual. Será realmente apenas uma questão de pouca divulgação, como sugere Mazzarolo (2006d)? Será a sua recepção prejudicada por uma resistência ao seu traço ecumênico? Seria interessante ampliar a pesquisa de campo para obter uma visão mais precisa sobre a sua recepção. Provavelmente, examinar sua recepção nos estados de Goiás e da Bahia, onde atuam respectivamente Dom E. Rixen e o Cardeal G. Agnelo, que aprovam e autorizam a publicação da Paulinas Editora, poderia revelar novos dados.

Possivelmente, investigar também a sua recepção na cidade de São Paulo, sede da Paulinas Editora, seria proveitoso. Outra possibilidade seria acompanhar a recepção da *Bíblia Sagrada - Tradução da CNBB* e observar se ela futuramente tornar-se-á de fato uma tradução oficial da Igreja no Brasil. Uma outra análise interessante, voltada para Bíblias em linguagem facilitada, seria confrontar a *NTLH-Paulinas*, a *Edição Pastoral* da Paulus e a novíssima *Bíblia Sagrada de Aparecida*, que se diz proporcionar uma linguagem inteligível (v. anexo T). Mais uma sugestão de pesquisa seria analisar diferentes traduções bíblicas, aliando a abordagem descritivista à abordagem funcionalista proposta por De Vries (2001, *apud* Mojola & Wendland, 2003, p.15-16).

Acima de tudo, creio que esta pesquisa foi capaz de oferecer material para atuais e futuros estudos na área da tradução bíblica católica no Brasil, a qual demonstra ser ainda menos investigada do que a das traduções bíblicas protestantes. Além disso, espero haver contribuído, a partir das questões aqui apresentadas, para aproximar os Estudos da Tradução e a Teologia, buscando, assim, travar um diálogo maior entre profissionais de ambas as áreas acerca da tradução bíblica.

Para finalizar, posso ainda dizer que a tradução indubitavelmente exerceu um papel preponderante na disseminação do texto bíblico, sempre ajustando o seu texto final a objetivos ideológicos e ao pólo receptor almejado. Assim, o projeto tradutório/editorial de uma Bíblia é, sem dúvida, reflexo da ideologia, dos objetivos institucionais ou da patronagem de uma dada época; tanto hoje, com a *NTLH-Paulinas*, quanto no passado.